



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

OFÍCIO SRI/PGR/Nº 201

Brasília, 13 de novembro de 2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, e tendo em vista as disposições do Ato Conjunto nº 23/2009, que institui o Grupo Interinstitucional Câmara dos Deputados – Ministério Público Federal (GCI), encaminho a Vossa Excelência a Nota Técnica nº 041/2014, elaborada pela Secretaria de Relações Institucionais, a fim de que seja levada em consideração uma vez que seja criada a Comissão Temporária relativa à PEC 461-A, de 2010.

Colho o ensejo para renovar protestos de elevada consideração.

Respeitosamente,


SILVIO AMORIM JÚNIOR
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA
SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS SUBSTITUTO

Ao Excelentíssimo Senhor
Henrique Eduardo Alves
Presidente da Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Gabinete: 539 – Anexo IV
Cep: 70160-900 Brasília – DF

Secretaria-Geral da Mesa SGPB 14/NOV/2014 09:53
Perícia: 1932/Ass.:
Dr. Iseni: Rde

C = 184124



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

NOTA TÉCNICA PGR/SRI Nº 041/2014

EMENTA: Proposta de Emenda à Constituição nº 461-A, de 2010, da Câmara dos Deputados. Pretensão para ser alterado o artigo 64, § 1º, da Constituição. Inclusão do Supremo Tribunal Federal como legitimado a requerer urgência na tramitação de proposições legislativas de sua autoria. Sugestão de Emenda Substitutiva para que o Procurador-Geral da República possua idêntica iniciativa.

LOCALIZAÇÃO ATUAL: Coordenação de Comissões Permanentes (CCP).

AUTOR: Deputado Federal Cléber Verde (PRB/MA) e outros.

RELATOR: Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), o Deputado Federal Antônio Bulhões (PRB/SP), e como substituto, o Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP).

1. INTRODUÇÃO

Cuida-se de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 461-A, de 2010, tendo como primeiro signatário o Deputado Federal Cléber Verde (PRB/MA) e outros, por meio da qual se pretende alterar o art. 64, § 1º, da Constituição, de modo que seja incluído o Supremo Tribunal Federal (STF) como legitimado a requerer urgência e prioridade de tramitação nas proposições legislativas de sua iniciativa.

O Texto Constitucional, por força disso, passaria a ter a seguinte redação:

Art. 1º. O § 1º do art. 64 da Constituição da Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º. O Presidente da República e o **Supremo Tribunal Federal** poderão solicitar urgência para apreciação de projetos de suas iniciativas. (grifo não contido no original)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Argumentam os autores da PEC que há necessidade de ser observada a harmonia entre os três Poderes, a qual se encontra em desequilíbrio em virtude da atual redação do citado dispositivo constitucional, a prever que somente o Presidente da República pode solicitar a mencionada urgência.

Por isso mesmo, sugerem a inclusão do Supremo Tribunal Federal, Órgão de Cúpula do Poder Judiciário Nacional, como um outro legitimado para requerer tal providência quanto aos projetos de lei de sua iniciativa, no ensejo de ser garantida a prevalência da igualdade entre os Poderes e de ser afastada qualquer crise institucional que possam advir desse alegado tratamento desnivelado.

A PEC, então, tramitou junto à CCJC da Câmara dos Deputados, onde obteve Parecer pela admissibilidade, aprovado que foi na 4º Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura da indigitada Comissão, ocorrida em 6/8/2014. Em razão disso, foi encaminhada à CCP, para publicação do Parecer em questão.

2. ANÁLISE

A PEC em questão almeja conceder ao STF a possibilidade de requerer urgência na tramitação dos projetos legislativos de sua autoria, com a consequente aplicação das medidas previstas no art. 64, § 2º, da Constituição¹, à Casa de Leis eventualmente silente. Advoga, para tanto, o entendimento de que referida alteração é essencial, na medida em que garante a igualdade e o equilíbrio entre os Poderes da República, haja vista que tal prerrogativa já é garantida tanto ao Poder Executivo quanto ao Poder Legislativo.

Tem-se, assim, que a PEC objetiva (com acerto) garantir a isonomia ao estabelecer para todos os Poderes o citado mecanismo.

No entanto, torna-se premente ressaltar que a proposição legislativa em causa olvidou que a Instituição do Ministério Público guarda simetria com o Poder Judiciário também no que diz respeito, exatamente, ao Processo Legislativo, daí que está a demandar fundamentais e inarredáveis ajustes, melhor explicitados logo em seguida.

¹ Art. 64 [...]

§ 2º Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

É que o ao Ministério Público foram conferidas, por força da inovadora concepção do Constituinte Originário reproduzida na Constituição, diversas garantias, prerrogativas, direitos e deveres, aproximando-o das características inerentes aos Poderes da República.

Nessa direção, Alexandre de Moraes² destaca a função desempenhada pelo Ministério Público a qual, apartada de interesses políticos, governamentais ou administrativos relativos aos outros Poderes, objetiva a proteção do Estado e da Sociedade:

"[...] o legislador constituinte criou, dentro do respeito à teoria dos "freios e contrapesos" (*checks and balances*), um órgão autônomo e independente, deslocado da estrutura de qualquer dos Poderes do Estado, um verdadeiro fiscal da perpetuidade da federação, da Separação dos Poderes, da legalidade, da moralidade pública, do regime democrático e dos direitos e garantias individuais: o Ministério Público."

Por isso mesmo, ao Ministério Público garantiu a Constituição, especificamente, a autonomia administrativa, financeira e orçamentária e, concretizando ainda mais ditos vetores, albergou o Texto Constitucional a possibilidade da Instituição dar início ao Processo Legislativo (isto é, por sua própria iniciativa) por meio do oferecimento de proposições do interesse da Instituição³.

É preciso salientar, no ponto, que o Poder Judiciário possui idêntica condição, à vista do contido nos arts. 61, *caput*, e 93, ambos da Constituição, o que demonstra a perfeita simetria que vigora entre o citado Poder e o Ministério Público e indica, por via de consequência, a necessidade do mesmo tratamento ser dispensado para ambos, no que diz respeito ao texto da PEC em discussão.

Para além disso, é cristalina a relevância do Ministério Público na consecução dos interesses da sociedade junto aos Poderes da República e, particularmente, no que toca ao Poder Legislativo.

Nessa direção, o STF⁴ já teve a ocasião de destacar que o Poder Legislativo é Órgão intimamente vinculado ao processo de construção democrática, ou pelo pluralismo político que naturalmente possui ou pela amplitude e multiplicidade de argumentos em suas discussões, daí que o Ministério Público, como Órgão de atuação

² MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 28ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012, p. 654

³ Nesse sentido, o art. 61, *caput*, e o art. 128, § 5º, ambos da Constituição.

⁴ ADI nº 3.682/MT, Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 09/05/2007, p. DJU de 06/09/2007.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

e intervenção social, deve prosseguir interagindo no Processo Legislativo, guardando similitude com as possibilidades dispensadas ao STF.

É preciso ressaltar, mais ainda, o relevante papel constitucional desempenhado pelo Procurador-Geral da República, autorizando-o a dar causa ao Processo Legislativo de matérias atinentes ao Ministério Público o que, na prática, equipara-o aos demais Poderes os quais possuem a mesma prerrogativa, inclusive⁵.

Por isso mesmo, se é certo que os Nobres Parlamentares perceberam o tratamento desarmonioso dispensado ao Poder Judiciário, o mesmo não se deu em relação ao Ministério Público.

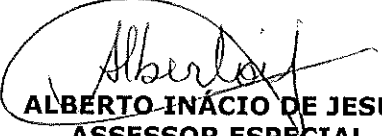
Resulta dessa linha exegética que a pretensão de ser alterado o art. 64, § 1º, da Constituição, para viabilizar ao STF o requerimento de urgência na tramitação dos projetos de lei de sua autoria, também deve conduzir à inclusão do Procurador-Geral da República como outro legitimado para apresentar requerimento semelhante, nas proposições legislativas de autoria do Ministério Público.

Fruto dessa atuação é que o Parlamento garantirá plenamente, de um lado, a simetria constitucional que existe entre o Poder Judiciário e o Ministério Público e, de outro lado, tornará ainda mais certa a pretensão de atribuir igualdade entre os Poderes da República, fazendo alcançar a todos os mecanismos destinados à execução de suas muito relevantes funções, aí incluída a possibilidade de requerer urgência na tramitação dos projetos de lei de sua iniciativa.

3. CONCLUSÃO

Diante de toda a argumentação alinhavada, e sendo reconhecidos os seus notáveis méritos, sugere-se que a Proposta de Emenda à Constituição nº 461-A, de 2010, seja aprovada com a alteração logo em seguida proposta.

Brasília/DF, 25 de setembro de 2014.


ALBERTO INÁCIO DE JESUS
ASSESSOR ESPECIAL
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

⁵ Art. 61, *caput*, da Constituição.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Aprovo a Nota Técnica

SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA
SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS SUBSTITUTO

EMENDA SUBSTITUTIVA À PEC nº 461-A, de 2010

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição da República, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. O § 1º do art. 64 da Constituição da Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º. O Presidente da República, o Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República poderão solicitar urgência para apreciação de projetos de suas iniciativas.”

Art. 2º. Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.



PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício SRI/PGR/Nº 201, do Senhor Procurador Regional da República
SILVIO AMORIM JUNIOR, Secretário de Relações Institucionais
Substituto. Encaminhamento da Nota Técnica n. 041/2014 sobre a
PEC n. 461-A/2010.
Em 26/11/2014

Encaminhe-se, por cópia, à Coordenação de Comissões
Permanentes, em razão de se encontrar pendente a criação da
comissão destinada a proferir parecer à PEC n. 461-A/2010. Publique-
se. Oficie-se. Arquive-se.


HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 1933/2014/SGM/P

Brasília, 26 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Procurador SILVIO AMORIM JUNIOR
Secretário de Relações Institucionais Substituto
Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala B, Sala 143
NESTA

Assunto: **Ofício SRI/PGR/Nº 201. Encaminhamento da Nota Técnica n. 041/2014 sobre a PEC n. 461-A/2010.**

Senhor Procurador,

Em atenção ao assunto referenciado em epígrafe, comunico a Vossa Excelência que determinei o seu encaminhamento à Comissão Especial destinada a apreciação da PEC n. 461-A/2010, bem como sua publicação, em extrato, para conhecimento dos demais membros desta Casa.

Atenciosamente,


HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente



\$164069\$100122\$

Documento : 63689 - 21